

CARTA DA INDÚSTRIA

Ano XVII nº 735
17 a 30 de outubro de 2016



BLOCO K

NOVA OBRIGAÇÃO
FISCAL EXIGE ATENÇÃO
DAS EMPRESAS



Sistema FIRJAN | www.firjan.com.br

Sistema
FIRJAN



INFORMA, FORMA, TRANSFORMA.

FIRJAN APOIA APROVAÇÃO DO PROJETO QUE FLEXIBILIZA REGRAS DO PRÉ-SAL

No início deste mês, a Câmara dos Deputados aprovou o projeto de lei que flexibiliza as regras de operação do pré-sal, com o fim da participação obrigatória da Petrobras. O Sistema FIRJAN acredita que a decisão representa um marco para o país.

A nova legislação viabilizará a atração de investimentos e a dinamização do mercado de petróleo e gás, crucial para o desenvolvimento econômico e social do Brasil, com aumento da oferta de emprego e

renda. A Federação defende ainda que o retorno dos investimentos neste mercado vai estimular um círculo virtuoso na cadeia de fornecedores.

Além da sanção presidencial à nova lei, e para que este cenário se concretize, é importante a divulgação de um calendário para a próxima rodada de licitações, contemplando as áreas do polígono do pré-sal.

Desta forma, o país vai avançar na atração de grandes investidores no mercado *offshore*.

FIRJAN PROMOVE PLANTIO DE MUDAS NO MORRO DONA MARTA, EM BOTAFOGO

A Casa FIRJAN da Indústria Criativa e o Projeto Cultivar, programas do Sistema FIRJAN, promoveram o plantio de 200 mudas de árvores no alto do morro Dona Marta, em Botafogo. A ação contou com crianças e jovens do Programa SESI Cidadania, técnicos da Essati Engenharia e do projeto Mutirão de Reflorestamento, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMAC) da Prefeitura do Rio.

A ação faz parte do conjunto de medidas compensatórias da Casa FIRJAN da Indústria Criativa. Antes do plantio, as crianças conheceram a história da casa e o projeto que a transformará numa plataforma de convergência entre a indústria clássica e a criativa. O Cultivar foi realizado em 28 de setembro.



Renata Iwello

Gabriel Pinto apresentou o projeto da Casa FIRJAN da Indústria Criativa: ação para aumentar a competitividade

EMPRESAS PODEM CONTRIBUIR PARA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

A segurança alimentar e nutricional foi um dos temas debatidos no Inovarse – Inovação & Responsabilidade Social – deste ano. O evento latino-americano fomenta discussões sobre produção científica e sustentabilidade organizacional.

A chef Claudia Mattos explicou a proposta Cozinha de Transição e defendeu a parceria com empresários para o manejo responsável do solo. “Quando a consciência ambiental faz parte da ideologia da empresa, é possível estimular

as comunidades locais. O apoio é produtivo para a criação de uma cultura de consciência e preservação”, alertou.

O Programa SESI Cozinha Brasil apresentou o case das merendeiras, estimulando o aproveitamento integral dos alimentos no ambiente escolar. O Inovarse aconteceu em paralelo ao Congresso Nacional de Excelência em Gestão. O superintendente do SESI, Alexandre dos Reis, destacou que o desenvolvimento sustentável ainda é um desafio para muitas empresas.

SINDICATOS E FIRJAN PROMOVEM ENCONTRO DE NEGÓCIOS COM GRUPO SEB

Vinte e oito sindicatos se mobilizaram para o encontro de negócios realizado com o Grupo SEB, detentor da marca Arno. A companhia, que produz cerca de 8 milhões de produtos por ano no Brasil, está transferindo sua fábrica de São Paulo para Itatiaia.

A empresa apresentou as principais demandas em aquisições por serviços e produtos para potenciais fornecedores fluminenses dos setores gráfico, plástico, metalmeccânico e material elétrico.

“Nossa fábrica terá potencial de gerar 1.200 empregos diretos. Buscamos, com esse investimento, o fortalecimento da nossa liderança. Por isso, parte do nosso papel é desenvolver e contar com a cadeia de fornecedores fluminenses para nos apoiar nessa mudança”, afirmou Gerson Aversa, gerente de Compras do Grupo SEB.

A empresa é associada ao Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas, Automotivas, de Informática e de Material Eletro-Eletrônico do Médio Paraíba e

Sul Fluminense (Metalsul) e iniciará as atividades na região em novembro.

O encontro de negócios foi realizado na sede do Sistema FIRJAN, em 28 de setembro.



Divulgação

O encontro de negócios reuniu 28 sindicatos fluminenses

POSTURA INOVADORA E CONHECIMENTO PODEM SER TRUNFOS EM NEGOCIAÇÕES

Mudanças políticas e a nova gestão das leis trabalhistas tendem a dificultar o cenário de negociações sindicais em 2017. Contudo, segundo o consultor de Relações Sindicais e Negociação, Edno Martins, as dificuldades podem ser dribladas com bom preparo. “Conhecendo os indicadores e as particularidades do seu segmento, as empresas podem traçar novas estratégias. É preciso ser um bom ouvinte e se comunicar com clareza”, orientou.

Para o presidente do Sindicato das Indústrias da Construção, Mobiliário, Mármore e Granitos

da Baixada Fluminense, Angra dos Reis e Parati (Sincocimo), Jorge Rodrigues, a saída também pode estar na formação de negociadores: “Novas visões e experiências trazem soluções inovadoras para problemas antigos e podem ser o caminho para fecharmos bons acordos”.

O tema foi debatido por representantes de sindicatos filiados ao Sistema FIRJAN no curso “Praticando a negociação coletiva”, ministrado por Martins, em 5 de outubro, no Espaço de Suporte Sindical e Empresarial.

DUQUE DE CAXIAS SEDIA SEMINÁRIO SOBRE TENDÊNCIAS PARA O SETOR PLÁSTICO

As tendências do mercado de plásticos foram apresentadas no I Seminário Técnico em Poliestireno, que reuniu empresários, profissionais do setor e estudantes. Ivan Mello e Silva, especialista em Meio Ambiente do Sistema FIRJAN, fez palestra sobre os impactos da Política Nacional de Resíduos Sólidos nessa indústria, destacando o acordo setorial para implantação de sistema de logística reversa para embalagens.

Também foi apresentado o projeto Escola do Plástico, iniciativa de aperfeiçoamento profissional apoiada pelo Sindicato da Indústria de Material Plástico do Estado do Rio de Janeiro (Simperj). O evento foi realizado por meio de parceria entre SENAI, Simperj, Unigel e MMS Plásticos, em 4 de outubro, em Duque de Caxias.

SETOR DE SERVIÇOS IMPULSIONA COMÉRCIO EXTERIOR E OPORTUNIDADES DE NEGÓCIOS INTERNACIONAIS PARA INDÚSTRIAS FLUMINENSES

Com participação importante na economia brasileira, o setor de serviços possui também um papel estratégico para uma inserção competitiva no mercado global. Para as indústrias, o segmento possibilita novas oportunidades de negócios no comércio exterior, aumentando o valor agregado dos produtos. De acordo com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), 49% do valor adicionado à exportação de bens tangíveis no mundo são originados dos serviços acoplados a eles.

No estado do Rio, o setor é fundamental para o desenvolvimento da cadeia de petróleo, gás e naval, responsável por tornar a economia fluminense a maior importadora do país. Em 2015, as aquisições de arrendamento mercantil, que são

os contratos de *leasing* ou locação de máquinas e equipamentos (incluindo plataformas), alcançaram US\$ 20 bilhões, impulsionadas pelas demandas desse mercado.

“O estado do Rio é a capital do óleo e gás. O volume de importação de serviços para essa indústria é extremamente relevante para a

“O setor industrial é grande fornecedor e comprador de serviços nacionais e estrangeiros”

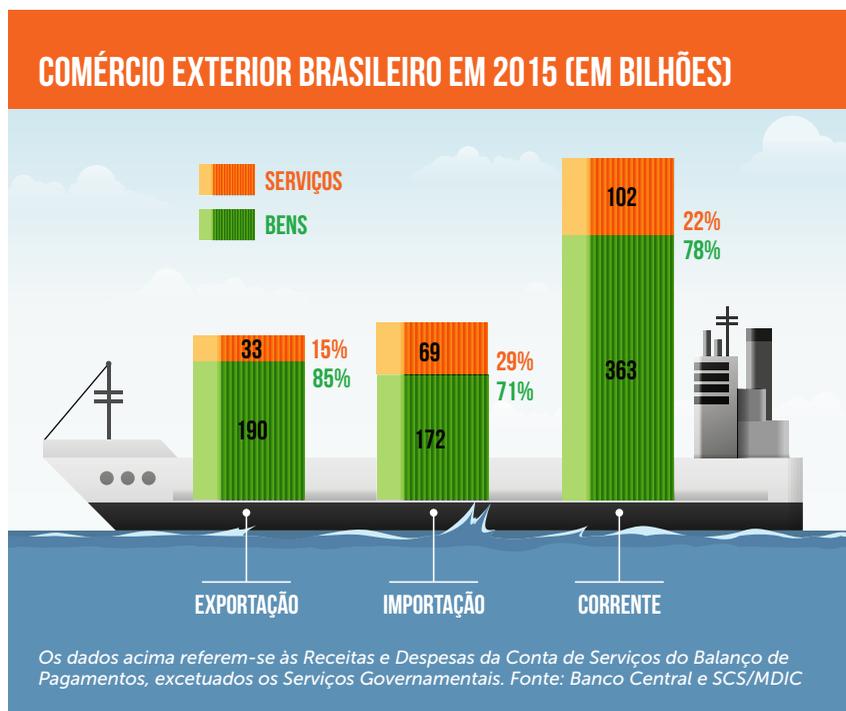
Marcelo Maia Tavares de Araújo
Secretário de Comércio e Serviços do MDIC

economia, não só do estado, mas do Brasil, porque fomenta toda uma cadeia produtiva, gerando empregos e renda para diversos segmentos”, destacou a empresária Mariane Lachmann, proprietária da Oceanus, agência de navegação marítima.

Além de liderar as importações de serviços no país, o estado do Rio também se destaca na exportação dos bens intangíveis, sendo o segundo estado brasileiro em participação nas vendas externas de serviços. A comercialização para o exterior se concentra no segmento de serviços gerenciais em processos de negócios, que são aqueles voltados para gestão das diversas áreas que compõem a estrutura empresarial. Também se destacaram as vendas de serviços de manutenção de plataformas e maquinário. Os dados constam no Rio Exporta - Especial Serviços 2015, produzido pelo Sistema FIRJAN, com informações do Sistema de Comércio Exterior do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC).

O boletim é o primeiro com um balanço anual do comércio exterior desse segmento feito por uma federação brasileira. Para Marcelo Maia Tavares de Araújo, secretário de Comércio e Serviços do MDIC, a ação estimula o desenvolvimento econômico nacional: “O setor industrial é grande fornecedor e comprador de serviços nacionais e estrangeiros. É bom saber que o nosso trabalho contribui e se soma a iniciativas de entidades comprometidas com o tema, como a FIRJAN”.

O conteúdo completo do Rio Exporta Especial - Serviços pode ser acessado em <http://bit.ly/2dVbEg3>.

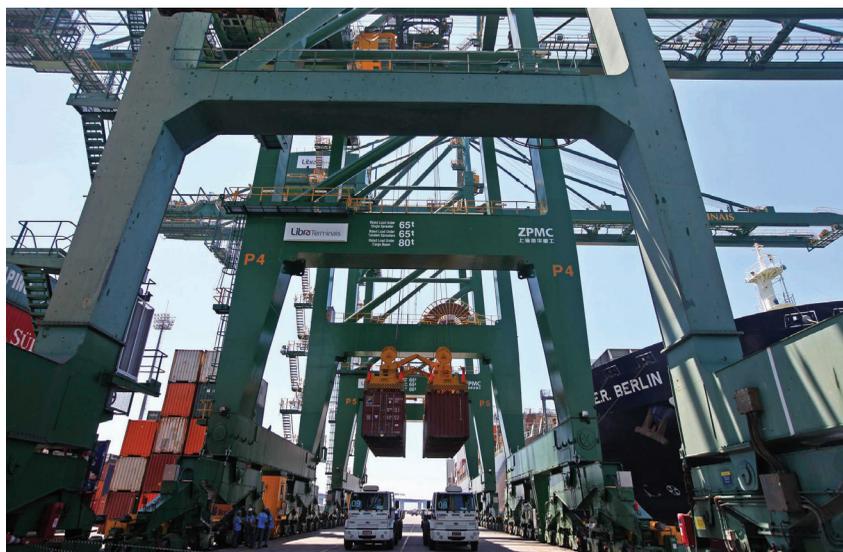


ATENDENDO A PLEITO DA FIRJAN PARA FORTALECER EXPORTAÇÕES, GOVERNO ANUNCIA QUE REINTEGRA MANTERÁ ALÍQUOTAS ATÉ 2018

O governo federal anunciou que o Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários (Reintegra) manterá, nos próximos dois anos, as alíquotas previstas no decreto que o instituiu, sendo de 2% em 2017 e 3% em 2018. A medida atende a um pleito do Mapa do Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro para eliminação de carga tributária sobre exportação de bens e serviços.

O Reintegra foi criado em 2012 com o objetivo de ser um mecanismo para restituir aos exportadores os tributos que incidem nas operações da cadeia produtiva. Para isso, foi estabelecido que as empresas receberiam valor equivalente até 3% da receita obtida com as vendas externas.

Nos últimos anos, porém, o programa reduziu a alíquota, que chegou a 0,01% em 2015, afetando a competitividade empresarial. De acordo com Claudia Teixeira, especialista em Comércio Exterior da FIRJAN Internacional, é fundamental que o percentual, anunciado anualmente pelo



Divulgação/Governo do estado do Rio

Defendido pela FIRJAN, o Reintegra estimula a exportação e fortalece a indústria

governo, esteja de acordo com o que está previsto na legislação que implementou o Reintegra. “Essa é uma vitória do setor industrial e responde a uma demanda do Sistema FIRJAN por aumento da alíquota e previsibilidade. Com isso as empresas poderão colocar seus produtos no mercado com preços mais competitivos ou em patamar de igualdade com os de outros países”, afirmou.

Marco Saltini, diretor da MAN Latin America, destaca que o Reintegra é uma iniciativa importante para fomentar o desenvolvimento do comércio exterior brasileiro, mas que deve ser complementada com outros programas que reduzam custos para o exportador. “É válido destacar que esse regime é uma recomposição parcial dos impostos na cadeia produtiva. Por exemplo, estima-se que na indústria automotiva a restituição deveria ser entre 5% e 6% para evitar onerar o produto”, observou.

ATUAÇÃO DA FIRJAN GARANTE BENEFÍCIOS PARA EXPORTADOR

O Sistema FIRJAN atuou para garantir que o Reintegra cumprisse com a proposta de ser um mecanismo de apoio ao exportador, fortalecendo a atividade industrial no país. Em uma articulação com o governo, a Federação entregou cartas a Daniel Godinho, secretário de

Comércio Exterior do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), em 2015 e 2016, defendendo a previsibilidade do programa. O pleito também foi encaminhado ao ministro do MDIC, Marcos Pereira, por meio da entrega do Mapa do Desenvolvimento.

Na avaliação de Gustavo Carmona, diretor Jurídico da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), desonerar as exportações vai ao encontro de fortalecer o comércio exterior brasileiro em um momento de dificuldade econômica do país. “Estamos em uma fase em que a economia brasileira está patinando. Exportar é uma saída para muitas empresas, e apoiá-las nesse processo é crucial”, defendeu.

BLOCO K DEMANDA QUE EMPRESAS ADAPTEM ANTIGO CONTROLE SOBRE SEUS PROCESSOS PRODUTIVOS AO SISTEMA DIGITAL

Criado com o objetivo de controlar o registro de produção e estoque de mercadorias, o Bloco K da Escrituração Fiscal Digital (Sped Fiscal) vai impactar as atividades de todas as indústrias que estão sujeitas à nova obrigação. O sistema será implementado a partir de 2017, quando se torna obrigatório para as empresas com faturamento anual acima de R\$ 300 milhões, até 2019, período em que passa a valer para as micro e pequenas empresas não optantes do Simples Nacional.

A medida exige que as indústrias forneçam mensalmente, em detalhes, informações sobre o fluxo e processo produtivo ao sistema digital da Receita Federal.

“Antes as empresas reuniam esses dados em um livro físico, em fichas, ou mesmo em controles internos, e cada organização o preenchia de uma forma diferente. Agora, com o Bloco K, isso será mais preciso e padronizado, porque o sistema é da Receita. Será necessário se adaptar a essa nova forma de envio de informações”, explicou Priscila Sakalem, coordenadora Jurídica Tributária e Fiscal do Sistema FIRJAN.

O novo sistema digital demandará que as indústrias fortaleçam o controle sobre seus processos internos, uma vez que os registros do Bloco K serão cruzados com outros dados fornecidos à Receita,

inclusive quando a industrialização for realizada no estabelecimento de terceiros. Cada inconsistência ou erro verificado pode incidir em multas e sanções, implicando aumento de custos.

“Será necessária uma mudança cultural. As indústrias precisarão estar muito bem organizadas e ter excelência no controle a fim de evitar punições”, esclareceu.

Sergei da Cunha Lima, presidente do Conselho Empresarial de Assuntos Tributários da Federação, destaca que a implementação do Bloco K impõe desafios ao setor industrial. “Há questões relativas a esse tema que devem ser

O ENVIO DO BLOCO K SERÁ EXIGIDO A PARTIR DE QUANDO?

2017

- Industriais classificados nas divisões 10 a 32 da CNAE
Faturamento anual igual ou superior a R\$ 300 milhões

- Industriais de empresa habilitada ao Regime Aduaneiro Especial de Entrepósito Industrial sob Controle Informatizado (Recof) ou a outro regime alternativo a este
Independente de faturamento

2018

- Industriais classificados nas divisões 10 a 32 da CNAE
Faturamento anual igual ou superior a R\$ 78 milhões

2019

- Demais estabelecimentos industriais
Independente de faturamento

- Atacadistas classificados nos grupos 462 a 469 da CNAE
Independente de faturamento

- Equiparados a industrial
Independente de faturamento



analisadas com cuidado, como o nível de complexidade e o custo. Existe um gasto elevado para as empresas se adaptarem, porque o sistema demanda a revisão de processos e criação de uma sistemática detalhada para que as informações sejam coletadas”, alertou o empresário, que também preside o Sindicato das Indústrias Gráficas do Sul Fluminense (Singrasul).

De acordo com Priscila, o risco de quebra do segredo industrial também é um ponto de atenção. Isso porque as empresas devem reportar ao sistema digital cada etapa do processo produtivo, expondo detalhes, inclusive quantidades, do método de fabricação de seus produtos.

DEFESA DE INTERESSES

Desde que o Bloco K foi anunciado, em 2013, a FIRJAN tem atuado para retardar a entrada em operação, bem como para minimizar seus impactos, obtendo vitórias importantes para a indústria. Por meio do diálogo com representantes do governo, a Federação, em conjunto com outras entidades representativas do país, conseguiu a prorrogação do prazo de implementação, antes previsto para 2015.

Além de defender ajustes no sistema junto à Confederação Nacional da Indústria (CNI), a Federação também percorre as Representações Regionais FIRJAN/CIRJ promovendo palestras para esclarecer as dúvidas dos empresários sobre o tema. “O que pleiteamos é a postergação do início de vigência, e que haja um ponto de equilíbrio no fornecimento das informações, com vistas a minimizar risco de autuações, porque muitas empresas ainda não estão estruturadas para atender a essa nova e complexa exigência”, afirmou Priscila.

COLABORAÇÃO DE DIVERSAS ÁREAS É CAMINHO PARA CUMPRIR EXIGÊNCIA

Para as empresas se adequarem ao Bloco K, é fundamental ter conhecimento das exigências e impactos da medida sobre a atividade produtiva. Em entrevista à Carta da Indústria, a especialista **Márcia Rita Cruz**, da MR Consultoria, detalha o que será exigido e como as indústrias podem se preparar.

CARTA DA INDÚSTRIA – O que será exigido das empresas com o Bloco K? O que elas precisam fazer para se preparar para essa nova obrigação?

MÁRCIA RITA CRUZ – No Bloco K, o contribuinte registrará, mensalmente, o Controle da Produção e do Estoque. Serão informadas as entradas de mercadorias com documentos fiscais e a movimentação delas dentro da empresa até se tornarem o produto final. Para que as empresas tenham sucesso, é necessário reconhecer a necessidade de integração entre os departamentos. A colaboração das áreas de produção, contabilidade, fiscal e tecnologia contribuirá para o sucesso do projeto. A partir daí, devem ser adotadas ações preparativas, tais como: mapear cada detalhe dos processos de industrialização, terceirização e estocagem, e avaliar o *software* que será adotado para atender às exigências. Também é válido treinar a equipe interna na operação e nos registros de informações e fazer testes para confirmar se os dados coletados no sistema correspondem à realidade industrial.

CI – Que impactos terá sobre as empresas?

MRC – O Fisco passa a ter

acesso ao processo produtivo e a movimentação de cada item de estoque, possibilitando o cruzamento quantitativo dos saldos apurados, o que gera informações valiosas a respeito do lucro do exercício e seus tributos diretos apurados. O objetivo do Fisco é criar mais transparência, inviabilizando operações fraudulentas.

CI – Quais procedimentos demandam mais atenção?

MRC – É preciso ter atenção com divergências entre a quantidade escriturada de insumos e mercadorias e o que consta no documento fiscal. Outro procedimento que demanda um bom controle é o envio de informações sobre o material consumido, para que a quantidade reportada não seja desproporcional ao volume produzido.

CI – É possível as empresas detalharem seu processo produtivo e ainda assim manterem o segredo industrial?

MRC – Existem muitos questionamentos a esse respeito, mas podemos afirmar que vários órgãos jurídicos estão trabalhando, de forma que o Fisco ratifique a garantia de proteção aos contribuintes; caso contrário, cremos que os prazos serão mais uma vez prorrogados.

ENCONTRO DE NEGÓCIOS FOMENTA OPORTUNIDADES ENTRE EMPRESAS INTERNACIONAIS E CADEIA FLUMINENSE DE PETRÓLEO E GÁS

A aproximação entre empresas demandantes e seus potenciais fornecedores ampliam as oportunidades de inserção da indústria no mercado de petróleo e gás. Uma das empresas que busca fortalecimento da sua atuação com base nas perspectivas de melhora do ambiente de negócios é a SBM Offshore.

Operando sete plataformas na costa brasileira responsáveis por produzir 20% do óleo nacional, a companhia busca uma cadeia de fornecedores que possam viabilizar seus investimentos no país. A meta da empresa é dobrar a quantidade de embarcações sob sua gestão em até 10 anos.

“Os últimos dois anos foram desafiantes, mas os fundamentos dos nossos negócios no Brasil são muito bons. A medida que a Petrobras e outras empresas queiram investir, temos que estar preparados para atendê-las. Nesse sentido, trabalhar com parceiros confiáveis é imprescindível. Com fornecedores qualificados podemos exceder nosso sucesso”, afirmou Oliver Kassam, presidente da SBM Offshore no Brasil.

A fim de otimizar as operações, a empresa estabeleceu a estratégia de terceirizar 60% do seu escopo de engenharia, o que abre oportunidades para a indústria fluminense do mercado de petróleo e gás absorver essa demanda. Atualmente, a SBM tem 1.400 fornecedores ativos no país, com cinco mil ordens de compras expedidas por ano em materiais, equipamentos e serviços. Segundo Rafael Thome, diretor de Novos Negócios e Estratégia



Oliver Kassam: a SBM Offshore planeja dobrar o número de embarcações sob sua gestão

Renata Mello

da SBM Offshore, o objetivo da companhia no Brasil é focar nos investimentos em *brownfield*, que são os projetos já em operação. “Para nós, focar nas atividades que agregam valor é o que gera competitividade. Por isso, avaliamos que é muito importante que operadores, provedores de solução e fornecedores trabalhem em conjunto. Este é um processo de adequação para a nova realidade do mercado”, disse.

De acordo com Claudio Esteves, superintendente da EBSE Offshore, a indústria fluminense pode aumentar seu volume de negócios com as demandas dos investidores internacionais, incrementadas com a abertura do mercado.

“Precisamos de oportunidades para prospectar negócios. O mercado tem que se abrir, a exemplo de outros como o de energia e telefonia. Todos os

países desenvolvidos são abertos, e não podemos continuar nesse modelo que impacta nossa competitividade”, defendeu.

Jairo Prezzi, desenvolvedor de Negócios da Ampelmann Operations B.V, compartilha da avaliação. Segundo ele, o momento requer que as indústrias locais se desenvolvam ainda mais para absorver as atividades dos grandes *players*: “As mudanças do arcabouço legal são muito positivas. O petróleo é nosso na medida em que se torna riqueza para o país. E precisamos de tecnologias, de capacidade de investimento e do conhecimento de empresas do setor privado para desenvolver essa riqueza”.

As oportunidades da SBM Offshore foram apresentadas a empresas fluminenses em encontro de negócios promovido em 7 de outubro, na sede do Sistema FIRJAN.

MERCADO DE CERVEJAS ARTESANAIS DESPONTA NO ESTADO DO RIO

O mercado de cervejas artesanais vive um momento de crescimento no Brasil, com mais de 350 empresas registradas. Segundo o Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, em um período de 39 dias, de abril a maio de 2016, foram criadas, no Brasil, 77 cervejarias, o que significa uma média de quase duas por dia.

Segundo o gerente setorial de Alimentos e Bebidas do Sistema FIRJAN, Antonio Tavares, o mercado fluminense acompanhou o crescimento do setor: "O estado do Rio apresentou um aumento substancial do número de microcervejarias. Em 2012 eram 13 e, ao final de 2015, havia 31 registradas. A tendência é que essa evolução se mantenha em 2016 e 2017".

Tavares explica que, com a expansão do mercado, a procura por cursos especializados na produção da bebida também cresceu. "O SENAI reestruturou seu portfólio de cursos para atender a essa nova demanda. Entre os destaques estão o curso de Análise Sensorial, voltado para degustação, identificação de qualidade e defeitos do produto; e os cursos de tecnologia cervejeira, que ensinam todo o processo operacional para fabricação das cervejas", explica. A partir de 2017 os cursos serão ministrados no SENAI Tijuca, onde também se concentrarão o Laboratório de Tecnologia Alimentos e Bebidas e a Cervejaria Escola.

Para Gustavo Ranzato, proprietário da Cervejaria Ranz Bier, o mercado de bebidas artesanais está em consolidação e, por isso, carece de atenção especial. "Há um forte potencial de crescimento para o setor, em especial no estado do Rio. Os fornecedores estão se

aprimorando e os consumidores, aos poucos, descobrindo novos produtos e escolhendo os que mais lhe agradam", avalia. Contudo, como toda novidade, há desafios para o crescimento. "Existem limitadores, como a alta carga tributária e o longo prazo de entrega de equipamentos. Além disso, muitos consumidores ainda não conhecem as cervejas artesanais e optam por produtos mais tradicionais no mercado", analisa.

O proprietário da Cervejaria Besten, Silvio Lima, também aponta os problemas com a tributação como

um entrave para o setor: "Não temos o benefício das microempresas, então pagamos os mesmos tributos que as grandes cervejarias. Ainda assim, vemos que o mercado está aberto e em franco crescimento".

Acreditando no potencial da indústria cervejeira fluminense, o Sistema FIRJAN realiza encontros de negócios e caravanas com empresários do setor. A mais recente ação aconteceu durante o 4º Mundial de la Bière. A Federação apresentou marcas do mercado fluminense de cerveja, como: Besten, de Itaperuna; Condessa, de Três Rios; Domitila, de Quissamã; Ranz Bier, de Nova Friburgo; Zuhause, de Miguel Pereira, Barão Bier, de Nova Friburgo; Cidade Imperial, de Petrópolis; e Penedon, de Itaitiaia.

Além da presença dos parceiros no estande do Sistema FIRJAN, o público conheceu os cursos oferecidos pelo SENAI Tijuca. O evento aconteceu entre 12 e 16 de outubro, no Pier Mauá.

"O SENAI reestruturou seu portfólio de cursos para atender a essa nova demanda"

Antonio Tavares
Gerente setorial de Alimentos e Bebidas do Sistema FIRJAN



O mercado de cervejas artesanais está aquecido e já soma mais de 300 empresas no país

Renata Mello

LOGÍSTICA REVERSA INCENTIVA NEGÓCIOS SUSTENTÁVEIS

A crescente preocupação com negócios sustentáveis intensificou os debates sobre o reaproveitamento adequado de resíduos sólidos no ciclo produtivo das indústrias. Nesse cenário, a logística reversa é um mecanismo que cria um sistema de responsabilidade compartilhada para o descarte de resíduos. Para as empresas, o instrumento pode gerar economia no processo produtivo, visto que diminui o consumo de matérias-primas.

O especialista em Políticas e Indústria da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Wanderley Baptista, explica que a prática estimula o baixo impacto ambiental e promove a inclusão social. Para aplicá-la, as empresas devem recorrer a acordos

setoriais firmados entre poder público, fabricantes, importadores, distribuidores ou comerciantes.

Segundo ele, o maior desafio está na regulamentação dos planos de gerenciamento de resíduos: “É preciso repensar os processos produtivos, e os acordos setoriais têm essa função. As metas e os planos de gestão são pensados segundo a realidade de cada segmento”.

No Brasil, os estados não são obrigados a adotar um padrão nacional de logística reversa. Contudo, desde a publicação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), em 2010, a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de

Janeiro tem apresentado projetos de lei que impactam os negócios industriais. Segundo o gerente de Meio Ambiente, Saúde e Segurança do Trabalho do Sistema FIRJAN, Jorge Peron, as propostas têm sido acompanhadas pela Federação. “Nosso objetivo é dar formatos adequados aos Projetos de Lei para que sejam alinhados à PNRS, sem criar obrigações adicionais à indústria. Nesse sentido, temos logrado êxito e já conquistamos alterações relevantes”, defendeu.

EXEMPLO DO SUL DO BRASIL

Uma boa iniciativa para viabilizar a adesão ao acordo setorial de embalagens nacional foi implementada pela Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul (FIERGS) e resultou na criação da Associação de Logística Reversa de Embalagens. A entidade viabiliza a adesão de empresas fabricantes de embalagens em geral no acordo setorial, firmado com o Ministério do Meio Ambiente.

“A Associação promove ações para fortalecer a responsabilidade compartilhada na gestão dos resíduos sólidos e conta com os esforços de toda a cadeia produtiva”, explicou a coordenadora técnica do Conselho de Agroindústria da FIERGS, Tânia Sette.

A logística reversa foi debatida em reunião do Conselho Empresarial de Meio Ambiente da FIRJAN, realizada em 4 de outubro.



Renata Mello

Wanderley Baptista: acordos setoriais viabilizam a implementação da logística reversa

EXPEDIENTE: Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN). **Presidente:** Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira. **1º Vice-presidente:** Carlos Mariani Bittencourt. **2º Vice-presidente:** Carlos Fernando Gross. CARTA DA INDÚSTRIA é uma publicação do Sistema FIRJAN. Prêmio Aberje Brasil 1999-2000. Prêmio Aberje Rio 1999-2000-2001. **Gerência de Comunicação e Marketing:** Juliane Oliveira e Lorena Storani. **Editada pela Insight Comunicação. Editor Geral:** Coriolano Gatto. **Editora Executiva:** Kelly Nascimento. **Redação:** Louise Rodrigues e Nathalia Curvelo. **Revisão:** Geraldo Pereira. **Fotografia:** Fabiano Veneza. **Projeto Gráfico:** DPZ. **Design e Diagramação:** Paula Barrenne. **Produtor Gráfico:** Ruy Saraiva. **Impressão:** Arte Criação.

SISTEMA FIRJAN - Avenida Graça Aranha 1 • CEP: 20030-002 – Rio de Janeiro • Tel.: (21) 2563-4455 • www.firjan.com.br

PROJETO DE LEI QUE PRESTIGIA NEGOCIAÇÃO COLETIVA MODERNIZA LEGISLAÇÃO TRABALHISTA EM FAVOR DA RETOMADA DO CRESCIMENTO

A modernização da legislação trabalhista é um aspecto crucial para a competitividade das empresas. Um dos pleitos defendidos pelo setor privado para garantir avanços nas relações entre trabalhadores e empregadores é que as negociações coletivas possam prevalecer sobre o que é legislado. Essa é a ideia defendida pelo Projeto de Lei (PL) nº 4.962/2016, de autoria do deputado federal Julio Lopes (PP/RJ), que trata da flexibilização da jornada de trabalho e do salário mediante acordos coletivos, alterando o artigo 618 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). O PL encontra-se em tramitação no Congresso Nacional.

“Sou empresário e entendo as dificuldades de se ter uma lei que não contempla o empoderamento das negociações, fundamentais para a estabilidade jurídica. No entanto, para progredirmos ainda mais, é necessário mudar a cultura das instituições. Isso é muito mais importante e urgente”, alertou o parlamentar.

De acordo com Lopes, o governo está constituindo uma comissão mista de desburocratização e reforma do Estado, presidida por ele, que deve promover ganhos para os pleitos trabalhistas. A proposta do órgão é estabelecer políticas e ações que tornem o governo mais eficiente. “Estamos construindo uma plataforma que passará as questões do trabalho para um novo patamar”, afirmou.

O ministro Ives Gandra Filho, presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), destaca que a legislação trabalhista precisa estar em consonância com os desafios enfrentados no Brasil. “O país passa por uma grave crise econômica, na



Renata Mello

Para Ives Gandra Filho, a legislação trabalhista precisa se adequar à nova realidade do Brasil

“O país passa por uma grave crise econômica. Diante desse quadro, não podemos fugir da ideia de uma reforma nas leis do trabalho”

Ives Gandra Filho
Presidente do TST

qual as empresas encontram sérias dificuldades para sobreviver, e com um alto índice de desemprego. Diante desse quadro, não podemos fugir da ideia de uma reforma nas leis do trabalho”, pontuou.

De acordo com ele, ao prestigiar as negociações coletivas, o país dará um fundamental apoio para o fortalecimento das relações trabalhistas, promovendo um estado de bem-estar social e

desenvolvimento econômico necessário para a retomada do crescimento. “Toda pretensão estatal de achar que entende o que é bom para as duas partes mais do que os próprios envolvidos é equivocada”, afirmou.

Lucenil de Carvalho, presidente do Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico no Estado do Rio de Janeiro (Simmmerj), ressalta que a legislação, da forma que se encontra hoje, prejudica as empresas e os trabalhadores: “Negociamos com o sindicato dos trabalhadores todos os anos, e pela inflexibilidade da lei muitas questões não conseguem avançar como poderiam”.

A discussão aconteceu em reunião conjunta dos Conselhos Empresariais de Política Social e Trabalhista, de Assuntos Legislativos e de Responsabilidade Social, realizada em 6 de outubro, na sede do Sistema FIRJAN.

A fiscalização trabalhista ainda é um ponto de atenção para muitas empresas. Isso porque problemas como os fiscais não são raros, principalmente para os setores com maior risco de acidentes, como construção civil, panificação e moveleiro. Em entrevista à Carta da Indústria, o advogado trabalhista empresarial e associativo, **José Eduardo Pastore**, destacou os procedimentos legais e principais recomendações para lidar com a fiscalização. Pastore ministrou um curso com o tema na sede do Suporte Sindical e Empresarial do Sistema FIRJAN, em setembro.



Divulgação

PREVENÇÃO PARA EVITAR PROBLEMAS COM A FISCALIZAÇÃO TRABALHISTA

CARTA DA INDÚSTRIA – Quais são as principais dificuldades enfrentadas pelas empresas com a fiscalização do trabalho?

JOSÉ EDUARDO PASTORE – Os problemas principais são relativos a reunir documentos que as empresas, muitas vezes, não têm organizado. Por exemplo, livro de inspeção do trabalho ou exames admissionais. Em grande parte dos casos, é a questão meramente burocrática que dificulta o atendimento à fiscalização. Há ainda outra parte, que é a comunicação, ou seja, entender o que o fiscal está querendo. Isso pode causar outros tipos de problema. Dessa forma, o ideal é que profissionais de Recursos Humanos atendam à fiscalização.

CI – E como evitar essas questões?

JEP – Entendendo que uma parte dos problemas trabalhistas não vem propriamente do direito do trabalho, e sim da gestão. Quando há boa prevenção, a empresa consegue evitar e minimizar muitas questões. Por exemplo, fazendo *checklists* periódicos. Em vez de esperar a chegada do fiscal para começar a

olhar tudo naquela hora, o ideal é estar previamente preparado para ter os documentos em mãos.

CI – Quais cuidados a empresa tem que tomar quando receber o fiscal?

JEP – Antes de tudo entender que a fiscalização está ali para defender os interesses do empregado. Se a empresa fornecer imediatamente aquilo que lhe é pedido, fica mais fácil atender às demandas. O fiscal vai querer saber se estão sendo cumpridas as normas de saúde e segurança do trabalho. Ele vai olhar os documentos e verificar se o trabalhador não está sendo exposto a risco. Entendendo que a integridade física e a vida são os bens mais valiosos para o trabalhador dentro da empresa, é possível prever aonde o fiscal do trabalho vai querer chegar.

CI – Quais são os limites de atuação do fiscal?

JEP – No final das contas, o fiscal tem muito poder e pode pedir praticamente tudo, desde que esteja dentro da lei. Ele não pode abusar de poder, coagir, intimidar

testemunhas ou pedir documentos que não estejam dispostos legalmente. Também não pode, por exemplo, em uma empresa que exija Equipamento de Proteção Individual, se recusar a utilizá-los durante a inspeção. Ou em um setor com segredos industriais que não podem ser fotografados, ele também terá que obedecer a essa norma.

CI – A quem recorrer, caso a empresa tenha problemas com a fiscalização?

JEP – O recomendado é sempre recorrer ao sindicato patronal como um meio de solucionar problemas crônicos com a fiscalização. Se a empresa observar abuso de poder ou se o fiscal pedir algo que a empresa não consegue cumprir, em vez de brigar individualmente, o ideal é que o fato seja repassado para o sindicato que a representa, para que os problemas sejam tratados de forma coletiva. Caso haja dificuldades de qualquer natureza nesse processo, também é possível formalizar essas questões junto aos sistemas de representação da indústria, como a FIRJAN.